

Voluntariado na Cidade do Porto

Resultados do Inquérito às Instituições do Sector

Ficha técnica:

Autores:

Eugénia Rocha

Idalina Machado (Base de dados SPSS)
Sérgio Rocha (Cartografia)

ÍNDICE

Nota de apresentação	3
INTRODUÇÃO	5
PARTE 1. O papel do voluntariado na sociedade actual	9
1.1. O voluntariado como expressão da solidariedade social	9
1.2. Voluntariado e participação cívica	11
1.3. A dimensão económica do voluntariado: o caso do terceiro sector	12
PARTE 2. O voluntariado em Portugal	14
2.1. Resultados do inquérito nacional ao voluntariado realizado em 2001	14
2.2. A promoção do voluntariado	16
2.3. Os bancos locais de voluntariado	17
2.4. O voluntariado e a responsabilidade social empresarial	20
PARTE 3. Caracterização do voluntariado na cidade do Porto	22
3.1. Natureza da abordagem adoptada	22
3.2. Caracterização das instituições inquiridas	27
3.3. A expressão do voluntariado nas instituições da cidade	31
3.4. Traços marcantes do voluntariado de carácter regular	34
NOTAS FINAIS	43
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXO - Referências de endereços nacionais e internacionais sobre a temática do voluntariado	46

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Apesar de continuarmos a associar à Qualidade de Vida numa cidade toda uma oferta e eficiência relacionadas com infra-estruturas, equipamentos e serviços, a verdade é que cada vez mais se reconhece que outras componentes, muitas delas de natureza imaterial e de visibilidade mais difusa, concorrem igualmente para o nível de bem-estar individual e colectivo de uma sociedade, sendo mesmo determinantes para estabelecer a diferença entre as cidades do ponto de vista da qualidade urbana.

Entre estas componentes conta-se indiscutivelmente o nível de participação dos cidadãos em causas cívicas e, designadamente, o nível de mobilização local para actividades como o voluntariado. Através desta prática, em áreas muito diversas como a saúde, a cultura, o desporto, a solidariedade social ou a defesa do património, (...) muitos cidadãos envolvem-se empenhadamente em actividades de grande relevância para a comunidade desempenhando, não raras vezes, um papel muito activo na atenuação de problemas dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Assumindo esta visão alargada das componentes que determinam as condições de vida e de bem-estar num centro urbano, o Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana, implementado no município do Porto desde 2003, contempla no seu painel de indicadores de acompanhamento das dinâmicas evolutivas referentes ao Porto um indicador que pretende medir o envolvimento efectivo da população na esfera do sector voluntário.

Face à impossibilidade de obter dados relativos a esta temática, junto das fontes oficiais, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal do Porto, assumiu a tarefa de realizar o primeiro inquérito ao voluntariado na cidade.

O presente relatório surge na sequência deste esforço de recolha de informação a qual visando, como atrás se referiu, a construção de um indicador quantitativo sobre o voluntariado no Porto, acabou por constituir uma oportunidade para que se inquirisse uma série de variáveis relativas ao trabalho dos voluntários regulares na cidade. No que toca ao seu perfil, ficamos a conhecer, nomeadamente, que na sua maioria, são indivíduos na faixa etária entre os 45 e os 65 anos que exercem o voluntariado, que são predominantemente mulheres, com qualificações escolares claramente acima da média, que dedicam, na maior parte dos casos, entre 1 e 4 horas por semana.

É certo que os cerca de 5.441 que foram identificados, através deste inquérito dirigido às instituições que acolhem esta actividade na cidade, não correspondem ao número real de

todos aqueles que exercem voluntariado regular no Porto. Na verdade responderam ao questionário cerca de 56% das instituições contactadas e, muitas que responderam, referiram-nos que os dados que apresentaram correspondem a valores estimados já que não dispõem de instrumentos de registo rigorosos sobre os voluntários que acolhem e as suas características pessoais.

Estando certos que o retrato traçado neste documento constitui o possível face a este tipo de limitações, a verdade é que vem fornecer uma primeira aproximação à realidade do voluntariado no Porto.

Pensamos que, no futuro, outras fontes de informação poderão ajudar a acompanhar a dinâmica de evolução deste sector. A entrada em funcionamento de um Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado, que se prevê venha a ter lugar brevemente, para além de promover a abertura de novos canais de comunicação com as instituições, facilitará certamente a adopção de outros instrumentos de recolha de dados.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Porto, Dezembro de 2006

INTRODUÇÃO

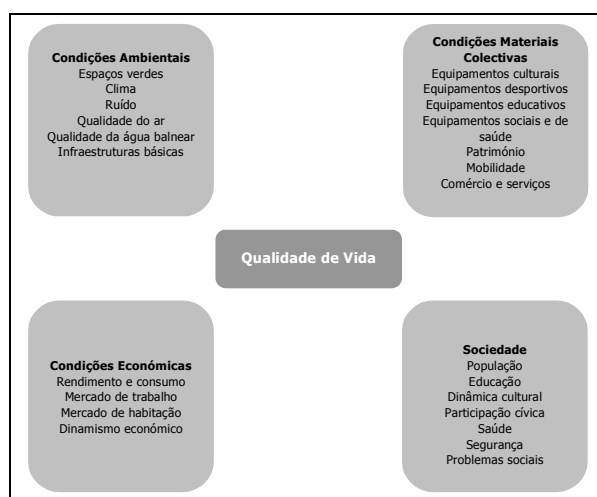
Existe crescentemente um reconhecimento alargado, por parte dos diversos agentes – dos governos à sociedade civil – quanto ao papel do voluntariado como um sector dinâmico da sociedade, cuja actividade se revela complementar à actuação das instituições públicas e que traduz muito daquela que é a dinâmica de participação dos indivíduos na vida em sociedade.

Esta perspectiva quanto ao valor acrescido que o voluntariado pode representar na vida das organizações e da comunidade tende a suplantar aquela visão que, durante anos, entendia a prática do voluntariado como uma forma de colmatar insuficiências ao nível do apoio familiar e institucional.

O ponto de partida para o desenvolvimento deste diagnóstico sobre o voluntariado na cidade do Porto situa-se num projecto mais amplo do Gabinete de Estudos e Planeamento da CMP designado *Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida da Cidade do Porto (SMQVU)*¹.

Muito sumariamente, trata-se de um projecto que tem por objectivo acompanhar a evolução das condições de vida e de bem-estar na cidade, monitorizando um conjunto de indicadores quantitativos distribuídos por diferentes domínios: *Condições Ambientais, Condições Materiais Colectivas, Condições Económicas e Sociedade* (Fig. 1).

Fig.1 - Domínios e áreas temáticas definidos



¹ Relatórios deste projecto estão disponíveis em www.cm-porto.pt/

No que respeita ao domínio designado por *Sociedade*, que integra indicadores ligados à dimensão social da cidade e ao relacionamento entre as pessoas, pretendeu-se, desde o início, encontrar medidas que fossem susceptíveis de monitorizar a participação cívica dos cidadãos e o seu envolvimento na vida da cidade de forma a melhor caracterizar esta dimensão da qualidade de vida.

Foi assim assumido, no âmbito deste projecto, integrar um indicador específico para acompanhar a dinâmica local do voluntariado: *Número de voluntários regulares em organizações privadas não lucrativas com fins de solidariedade social e de desenvolvimento*.

Muito embora o ponto de partida tenha sido a tentativa de quantificar o sector do voluntariado tendo em vista monitorizar a sua evolução, a possibilidade de estabelecer contacto com as instituições para obter informação que permitisse uma caracterização mais alargada da realidade do voluntariado na cidade foi, desde logo, considerada.

Ao contrário do que sucede noutros países, de que são particularmente bons exemplos a Inglaterra ou o Canadá, em que os indicadores relativos ao voluntariado estão já integrados na produção das estatísticas oficiais dos respectivos países, em Portugal verifica-se uma diminuta disponibilidade de informação estatística para esta temática. Tratando-se o SMQVU de um projecto que tem como objectivo a actualização regular de informação, tal facto levou-nos a assumir, em 2004, um processo autónomo de recolha de dados sobre o voluntariado na cidade.

Aquando da definição da metodologia de trabalho, constatou-se serem escassas na cidade as associações compostas exclusivamente por voluntários, o que desde logo alertou para a importância de alargar o leque das organizações a contactar, de forma a contabilizar as muitas associações que, intervindo na área da solidariedade social e do desenvolvimento, poderiam acolher voluntários. Nesse sentido, passou a privilegiar-se uma perspectiva mais centrada na prática do voluntariado em instituições, com o objectivo da sua quantificação.

Para o processo de recolha directa de informação optou-se pela aplicação de um inquérito postal às instituições. Numa fase inicial, a pesquisa de estudos, projectos e informação diversa sobre a temática do voluntariado, a nível nacional e internacional, forneceu elementos importantes para o enquadramento desta temática. Relativamente à montagem do próprio processo de recolha de informação - tipo de instituições a inquirir; base de dados das instituições a contactar; concepção de inquérito, etc. - foram naturalmente alvo de reflexão várias questões de natureza metodológica que, de algum modo, orientaram e balizaram as opções deste diagnóstico sobre o voluntariado. Estas questões de natureza metodológica serão objecto de desenvolvimento no ponto 3 deste relatório.

É importante salientar que ambos os projectos – SMQVU e este seu desenvolvimento específico de uma caracterização mais alargada sobre o voluntariado - se inscrevem na preocupação do município em reforçar o conhecimento sobre a realidade local e as dinâmicas dos seus agentes, como contributo para a sua intervenção directa e indirecta no território.

Este relatório é composto por três partes principais. Numa primeira, pretende-se salientar algumas das importantes dimensões que caracterizam o voluntariado na actualidade, desde a vertente ligada à solidariedade social, passando pela dimensão associada à participação cívica, capaz de mobilizar cidadãos e organizações, até à sua expressão no plano económico.

Numa segunda parte, o objectivo é o de contextualizar a prática do voluntariado em Portugal, procurando-se apresentar, por um lado, alguns dos dados de caracterização disponíveis para este sector, por outro, destacar o enquadramento institucional que permite o seu desenvolvimento, em particular, através dos Bancos de Voluntariado e, finalmente, referir a existência de um sector mais emergente em que também a prática do voluntariado se vai destacando – o Voluntariado Empresarial, muito associado à questão da responsabilidade social das empresas.

Na terceira parte deste relatório e dando cumprimento aquela que constituiu a principal motivação deste trabalho, apresenta-se uma caracterização do voluntariado na cidade do Porto, resultante de um processo de inquirição directa às instituições de solidariedade e desenvolvimento sem fins lucrativos. Este processo de inquirição realizado através da aplicação de um Inquérito ao Voluntariado, pretendeu obter um conjunto de informações que permitiu caracterizar, por um lado, o perfil das instituições mediante um conjunto de variáveis e, por outro lado, o perfil dos voluntários que exerceram esta actividade nas instituições no ano de 2004. A intenção foi sobretudo a de caracterizar o voluntariado regular, isto é, aqueles que, pelo menos uma vez por mês, praticam esta actividade.

Tendo presente o investimento que este trabalho representou, ao nível metodológico e no plano da recolha de informação, e a importância que se lhe atribui para a percepção da dimensão social da cidade, pretende-se assegurar a aplicação periódica deste inquérito ao voluntariado, actualizando-se para tal, no futuro, o levantamento das instituições recenseadas e fazendo-se as necessárias adaptações ao nível do instrumento de notação.

Refira-se, por último, a preocupação em garantir a comparabilidade da informação recolhida com os dados do Inquérito nacional (embora se reportem a 2001) e que procurámos salientar sempre que possível. Relativamente à utilização de dados internacionais, que funcionam como valores de referência em termos de contextualização, nem sempre tal foi

possível na medida em que os indicadores e/ou variáveis associados remetem para definições distintas das que aqui se utilizam.

PARTE 1. O papel do voluntariado na sociedade actual

1.1. O voluntariado como expressão da solidariedade social

Uma das ideias fortes assumida pela Organização das Nações Unidas (ONU), sustentada pela experiência desta organização que promove a participação de voluntários no mundo em projectos e iniciativas múltiplas, é a de que “a solidariedade que se expressa através do voluntariado é um forte instrumento para a construção da paz e da justiça no mundo”¹. Esta ideia corresponde a uma dimensão universal da solidariedade presente no voluntariado sempre que nos referimos às sociedades e ao desenvolvimento dos países e regiões.

Na Declaração de *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM) definidos pela ONU (2000) são referidos um conjunto de metas concretas a alcançar até 2015, representando estas um compromisso e uma responsabilidade colectiva para os diferentes países ao nível das políticas públicas que prosseguem.² Neste contexto, o voluntariado surge como um recurso transversal a mobilizar globalmente não só nos países em vias de desenvolvimento com graves problemas ao nível da satisfação de necessidades básicas, mas em todo o mundo civilizado, nomeadamente nas grandes áreas urbanas, onde se identificam problemas e carências. Em Portugal, por exemplo, a mobilização da sociedade civil em torno destes objectivos tem-se orientado para a acção a favor da luta contra a pobreza. A este respeito refira-se a “Campanha Pobreza Zero” que tem procurado desenvolver um conjunto de acções de sensibilização para o cumprimento desta meta e que são frequentemente dinamizadoras do voluntariado.

Para além de salientar a importância da avaliação do impacto económico do voluntariado a nível global, referindo países onde existem estudos empíricos disponíveis que estimam a contribuição do voluntariado para o respectivo PIB, a ONU reconhece benefícios sociais evidentes no voluntariado e salienta algumas das suas características:

- i) O voluntariado reforça os laços sociais na medida em que os indivíduos, através da organização em sociedade e da sua integração em grupos, desenvolvem um sentido de responsabilidade cívica e de pertença;

¹ UNDP (2003), *Volunteerism and Development – Essentials*, Evaluation Office, nº 12, October, p. 10

² ONU (2000), *Declaração do Milénio*. São os seguintes os Objectivos do Milénio da ONU: 1. Erradicação da extrema pobreza e da fome; 2. Alcançar a educação primária universal; 3. Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o VIH/Sida, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

- ii) Através das redes organizadas de voluntariado verifica-se, por exemplo, que a interacção entre diferentes grupos tende a aumentar a tolerância face à diversidade e à diferença;
- iii) A componente de participação que existe no voluntariado permite uma melhor compreensão das diferentes forças existentes na sociedade e pode contribuir para melhorar o sentido de responsabilidade e de governância.

A experiência do voluntariado a nível global, decorrente de vários projectos da ONU e das suas agências em diversos países e contextos, tem permitido algumas aprendizagens a partir de exemplos concretos. Refiram-se algumas:

- a. *O voluntariado como catalisador de mudança* - O voluntariado pode promover o “*empowerment*”, no sentido em que pode ajudar os indivíduos ao reconhecimento do seu valor e da sua capacidade para a mudança. Neste sentido, o voluntariado pode ser facilitador do processo de aprendizagem/“consciência” que as populações excluídas normalmente desenvolvem em contexto de mudança.
- b. *As novas tecnologias e a promoção do voluntariado* – através do voluntariado on-line, que tem facilitado a utilização das novas tecnologias e o acesso à informação, tem sido possível criar oportunidades para a integração e o envolvimento, nomeadamente de pessoas com algum tipo de incapacidade física ou ainda aquelas que estão em áreas distantes; a este nível as oportunidades criadas pelo voluntariado on-line têm revelado a capacidade para integrar os indivíduos na sociedade civil.
- c. *Os ideais do voluntariado* - Nas situações de crise e de pós-conflito (em contexto de ajuda humanitária), a actividade voluntária é demonstrativa da prevalência dos ideais humanitários e desempenha um importante papel na “ligação de comunidades divididas” exactamente pela confiança que consegue transmitir às populações.

Esta dimensão global de solidariedade presente no voluntariado manifesta-se de forma diferenciada à escala dos países, das regiões e mesmo das cidades. Não se conhecendo até ao momento um indicador global de solidariedade social que permita avaliar e até comparar a posição dos países e das cidades neste domínio, certamente que o voluntariado constitui uma componente relevante a analisar para se avaliar os níveis de solidariedade das sociedades.

1.2. Voluntariado e participação cívica

Na perspectiva deste relatório, interessa sobretudo compreender até que ponto a participação e a mobilização dos indivíduos são significativas ao nível da organização social e do envolvimento em causas cívicas, a nível local.

A questão da participação dos cidadãos pela via das associações de voluntariado é uma abordagem presente na área alargada das ciências sociais. Vistas por alguns autores como um dos desafios que se colocam às sociedades democráticas (VIEGAS; 2004)¹ ou como “alicerce de uma política democrática” (PUTNAM, 1993, 2000; WARREN, 2001)², a questão da participação é, no entanto, relativizada por outros autores que procuram demonstrar ser ainda pouco expressiva a participação dos indivíduos na vida associativa, tendo em consideração nomeadamente os resultados de inquéritos realizados e que apontam para a diminuta percentagem de tempo dedicada a esta actividade quando comparada com o tempo dedicado à escola, ao trabalho e à família.

A análise da participação dos indivíduos através do envolvimento regular e directo em organizações voluntárias, é também perspectivada como geradora da confiança, da reciprocidade da cooperação, da empatia face aos outros e da compreensão quanto ao que é o interesse comum. Para alguns autores a participação dos cidadãos em organizações voluntárias é interpretada como um sinal de “*confiança social*” (NEWTON, K., 2004)³ existente na sociedade civil e que aponta a vitalidade das instituições sociais, em particular, a sua força e eficiência na defesa do interesse público.

A propósito da participação, é interessante referir os dados disponíveis do inquérito realizado no âmbito da pesquisa europeia “*Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais*” (2001)⁴ que proporcionaram alguns resultados interessantes sobre o envolvimento associativo dos portugueses e sobre os tipos de associações que mais valorizam para uma participação activa. Sobre a posição de Portugal numa perspectiva comparativa com a Europa são evidenciados os seguintes traços gerais:

¹ Esta é uma ideia que José Manuel Leite Viegas (2004) desenvolve num texto particularmente dedicado às implicações democráticas das associações voluntárias” in Revista Sociologia - *Problemas e Práticas*, nº 46, p.33-50.

² Os autores abordam o papel das associações voluntárias no contexto das sociedades modernas, nomeadamente no que respeita às relações que estabelecem com o meio envolvente, aos objectivos que prosseguem e aos recursos que gerem, in VIEGAS, José Manuel Leite (2004), *DEMOCRACIA – novos horizontes e novos desafios*, Celta.

³ Conceito amplamente abordado na teoria social e política actual e a propósito do qual Kenneth Newton apresenta uma análise do significado da confiança social. Nessa óptica são perspectivadas as associações e organizações voluntárias; o texto está disponível in VIEGAS, José Manuel Leite (2004), *DEMOCRACIA – novos desafios e novos horizontes*, Celta.

⁴ No âmbito de uma pesquisa sobre as atitudes e o comportamento social e político dos portugueses foi realizado um inquérito em 2001 do qual constava uma parte relativa ao envolvimento dos portugueses nas associações. Esse mesmo inquérito foi aplicado em doze países europeus o que permite uma análise contextualizada do caso português. A pesquisa é da responsabilidade de José Manuel Viegas (coord.) e Sérgio Faria.

1. Em Portugal, as associações em que se verifica maior envolvimento das pessoas são as “desportivas, culturais e recreativas” (28%) e as de “solidariedade social e religiosa” (26%) sendo a este nível referida a elevada componente de voluntariado que as caracteriza.

2. Comparativamente com outros países europeus, o envolvimento associativo em Portugal (53%) é semelhante ao de Espanha (48%), é superior ao dos países de Leste (20%) seleccionados para o estudo (Moldávia e Roménia) e inferior a todos os outros, especialmente ao dos países nórdicos e da Holanda (taxas a rondar os 90%), que neste estudo comprovam a sua já reconhecida cultura cívica e participativa.

São reconhecidas nesta pesquisa algumas das implicações decorrentes do associativismo registado em Portugal comparativamente com os outros países, em particular ao nível da integração social, cooperação e solidariedade social. Como refere Viegas (2004: p. 46), os “índices elevados de tolerância social e política que se registam em Portugal, poderão em parte, ser explicados pelos níveis de integração que estas associações propiciam e pelos valores morais que disseminam”.

No que se relaciona com o objectivo deste diagnóstico podemos afirmar que a prática do voluntariado nas instituições é aqui entendida como uma expressão de participação cívica e de envolvimento dos cidadãos na actividade das instituições da cidade. A possibilidade de traçar um diagnóstico sobre o voluntariado, resultante da aplicação de um inquérito que se pretende venha a ser regular ao longo do tempo, permitirá acompanhar, a partir daqui, a evolução deste tipo de participação social e cívica. A possibilidade de se virem a incluir novas variáveis relacionadas nomeadamente com a motivação dos voluntários para a prática desta actividade, permitirá certamente uma leitura mais enriquecida desta dimensão.

1.3. A dimensão económica do voluntariado: o caso do terceiro sector

Para além da dimensão da solidariedade e da dimensão cívica e participativa que a actividade do voluntariado expressa, várias são as análises que têm procurado demonstrar o significado económico do voluntariado. Um dos sectores em que o valor económico do voluntariado tem sido estimado com maior rigor é no âmbito do designado terceiro sector.

O terceiro sector também conhecido por sector não lucrativo ou sector voluntário ou ainda como sector da economia social (questão que retomaremos na Parte 3 deste relatório) abrange a grande diversidade das organizações da sociedade civil que trabalham sem fins lucrativos nas mais diversas áreas (solidariedade social, saúde, cultura, desporto e lazer,

educação, ambiente, direitos humanos, ...) e é frequentemente referido pela componente do trabalho voluntário que mobiliza.

É comum, por exemplo, verificar-se em relatórios internacionais de alguns projectos, a preocupação em avaliar o contributo do voluntariado para a economia global dos países. A participação de Portugal no projecto internacional da *Johns Hopkins University*,¹ que envolve actualmente 38 países, permite a caracterização à escala nacional do terceiro sector,² numa perspectiva comparada. Constituindo um dos objectivos deste projecto de investigação avaliar o peso do sector não lucrativo na economia dos respectivos países, o relatório apresenta para o caso português os seguintes dados: a contribuição do *sector da sociedade civil* para a economia do país (em termos de composição da força de trabalho) é quantificada em 4,2% do PIB e relativamente ao “valor do esforço voluntário” este, por si só, contribui com mais de 0,5% para o PIB do país.

Refira-se ainda que, segundo os dados recentes deste relatório, comparativamente com os outros países, o peso deste *sector da sociedade civil* na população economicamente activa representa em Portugal 4% aproximando-se da média dos diferentes países que integram o estudo (5%). Os países em que este *sector da sociedade civil* é mais representativo, quanto à composição da força de trabalho no conjunto da sua população economicamente activa, são a Holanda (14%), o Canadá (11%) e a Bélgica (11%).

¹ O relatório português deste projecto *“The Portuguese Non-Profit Sector in Comparative Perspective”* (2005) da responsabilidade da Universidade Católica Portuguesa, foi consultado em <http://www.jhu.edu/ccss>.

² O terceiro sector também conhecido por sector não lucrativo ou sector voluntário ou ainda como sector da economia social (associado em França a uma longa história de mutualismo e do cooperativismo) será uma questão que retomaremos na Parte 3 deste relatório, a propósito do tipo de organizações que foram seleccionadas para a base de instituições referenciadas neste trabalho.

PARTE 2. O voluntariado em Portugal

2.1. Resultados do inquérito nacional ao voluntariado

Em Portugal, não existem muitos dados estatísticos publicados sobre voluntariado e a literatura sobre o tema não é abundante. Esta temática conheceu uma maior divulgação principalmente a partir do Ano Internacional do Voluntariado, instituído em 2001 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que levou à criação da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários. A difusão de iniciativas nesta área teve um impulso importante a partir dessa altura, desempenhando um conjunto diversificado de organizações da sociedade civil (as organizações não governamentais (ONG), as organizações na área da juventude, as organizações de carácter religioso e diversas organizações de solidariedade social) um papel decisivo na promoção do voluntariado. O primeiro estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal surgiu em 2002, numa iniciativa da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários. Importa referir que este estudo nacional representa uma referência importante para o presente trabalho, pelo enquadramento conceptual e metodológico que desenvolve e também porque é o único estudo nacional, com resultados empíricos, que abre a possibilidade de alguma comparação entre o panorama nacional e a realidade da cidade do Porto.

Convém assinalar ainda que, no plano académico e para os anos mais recentes, há conhecimento de projectos de investigação em desenvolvimento sobre voluntariado em Portugal (frequentemente estudos de caso)¹ que fornecerão, certamente, novas abordagens e conhecimentos sobre a realidade nacional.

Reportando ao único estudo que traça um retrato do voluntariado no país - Caracterização do Voluntariado em Portugal (ICS, UNL, 2002) – apresentam-se sumariamente alguns dos principais resultados incluídos nesse relatório. Os dados do inquérito lançado directamente às instituições do terceiro sector vocacionadas para a área da solidariedade social permitem uma caracterização abrangente deste sector do voluntariado que contempla a diversidade das instituições sem fins lucrativos existentes no país². Este inquérito foi aplicado a 4555, tendo sido a respectiva taxa de resposta de 38,5%, valor considerado acima da média para inquéritos postais.

¹ Refira-se a existência de projectos de investigação já finalizados ou ainda em curso na Faculdade de Economia do Porto (FEP/CEMPRE) e na Universidade de Évora (Departamento de Economia), dedicados, respectivamente, a estudos de caso sobre a importância do capital humano em organizações do terceiro sector, incluindo o voluntariado, e ao aprofundamento do estudo sobre a economia do voluntariado.

² Foram os seguintes os tipos de instituições seleccionadas para este estudo: IPSS; Cooperativas de solidariedade social; Casas do povo; Associações de socorros mútuos; Irmandades de misericórdia; Associações da área da saúde; Sociedade São Vicente de Paulo; Caritas Portuguesa; ACISJF; Associações de bombeiros voluntários; Cruz Vermelha Portuguesa; ONGD; Associações de imigrantes; Associações juvenis e Associações de desenvolvimento local.

Alguns dos principais resultados de caracterização:

- O estudo começa por situar Portugal no panorama europeu, concluindo que o país apresenta baixas taxas de voluntariado, na ordem dos 16%, recorrendo, para o efeito, aos dados do Estudo Europeu dos Valores (ICS, 1999). Salienta-se ainda que a participação da população portuguesa em trabalho voluntário sofreu um decréscimo relativamente a 1990, ano em que a taxa atingia 19% da população. Estes valores são inferiores à média europeia, que se cifra em 38%, segundo valores do mesmo estudo. As mais elevadas taxas de voluntariado encontram-se nos países nórdicos, na Suécia e Dinamarca, situando-se em 68% e 57% respectivamente. As baixas taxas de voluntariado nacionais são justificadas por um conjunto de factores sociais, económicos e políticos, que afectam tanto a dimensão da oferta – a disponibilidade dos portugueses para realizar trabalho voluntário - como a dimensão da procura – a disponibilidade das instituições para acolher voluntários;
- A presença de voluntários nas instituições varia em função, fundamentalmente, do tipo de organização considerada. Num extremo, destacam-se as Associações de Bombeiros Voluntários e os núcleos de delegações da Cruz Vermelha, em larga medida dependentes do trabalho voluntário, no outro, são numerosas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, onde a taxa de acolhimento de voluntários (com excepção dos cargos de direcção) é bastante baixa;
- São as instituições mais pequenas, dirigidas a grupos mais marginalizados e com menor apoio do Estado que mais recorrem ao trabalho voluntário. “O voluntariado poderá assim ser percebido, em muitos casos, como uma mão-de-obra de recurso, a substituir por profissionais especializados remunerados” quando se verifique a existência de meios financeiros suficientes;
- A maioria das instituições inquiridas considera difícil o recrutamento de novos voluntários constatando-se ainda que o recrutamento é feito maioritariamente com recurso às redes sociais e menos com recurso a campanhas (de rua, panfletos, comunicação social) ou pela via institucional;
- Grande parte do voluntariado dedica um volume médio semanal de tempo bastante elevado à actividade voluntária e tende a permanecer associado às instituições de acolhimento durante vários anos (contrariamente à imagem comum que se costuma associar ao voluntariado);

- O trabalho voluntário apresenta-se como flexível, na medida em que são frequentes as situações em que os voluntários participam nas actividades de várias instituições ou desempenham tarefas variadas na mesma instituição;
- São bem diferenciados os perfis de voluntários, em termos sócio-demográficos. De uma forma geral é mais acentuado o peso dos voluntários jovens ou em idade activa, exercendo profissão ou estudantes (com família e com filhos) e com um nível de escolaridade superior à média nacional;
- A adesão ao voluntariado tem na sua base a existência de um conjunto de traços comuns, como por exemplo: uma socialização primária favorável, com exemplos na família, a pertença associativa, a participação política, a realização de voluntariado informal, a integração religiosa, o exercício de uma profissão vocacionada para os cuidados dos outros, a experiência de um momento de crise ou ruptura na vida quotidiana.

2.2. A promoção do Voluntariado

Há, indiscutivelmente, países que registam uma forte tradição de voluntariado, como por exemplo, na Europa, a Inglaterra, a Irlanda, a França e os países nórdicos. Os EUA, o Canadá e a Austrália surgem também frequentemente referenciados pela sua capacidade de dinamização do movimento voluntário, não obstante cada um ter a sua própria história e especificidade no que respeita ao desenvolvimento deste sector. Desde as áreas em que o voluntariado é mais frequente (área social, área da saúde, área do desporto, lazer e recreação, área da cultura, entre outras), à legislação em vigor nos países, ao enquadramento institucional mais ou menos favorável à organização deste sector da sociedade, existe uma grande variabilidade de situações.

A propósito da organização deste sector voluntário, refiram-se apenas alguns exemplos. No caso inglês, esta organização faz-se através de estruturas, de nível nacional e regional, que dinamizam a relação entre oferta e procura de voluntários, facilitando a expansão deste sector. É frequente verificar-se a organização do voluntariado por áreas de actividade, com predominância na área da saúde e área social; de uma forma genérica é evidente a preocupação com a componente da formação para o voluntariado.

Já no caso francês, num contexto de fortes limitações financeiras do Estado Social, nos anos 80, verificou-se um crescimento muito significativo das organizações não lucrativas, que são grandemente responsáveis pela dinamização do movimento voluntário.¹

Também no Canadá, para além do Estado, são as organizações independentes sem fins lucrativos que mobilizam a dinâmica do sector voluntário. Do ponto de vista da informação estatística sobre voluntariado, alguns destes países dispõem de sistemas de recolha e de tratamento da informação, ora integrados no sistema nacional de estatística do país – caso do Canadá – ora recorrendo a inquéritos nacionais ao voluntariado – caso inglês – o que lhes permite assegurar uma disseminação regular de resultados. Naturalmente que, nestes casos, a preocupação ao nível da avaliação da dinâmica deste sector, não só aumenta o conhecimento sobre o fenómeno do voluntariado, permitindo acompanhar a sua evolução e características, como gera efeitos positivos ao nível da visibilidade deste movimento.

2.3. Os bancos locais de voluntariado

Institucionalmente é ao CNPV – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (constituído por representantes de vários Ministérios) - cuja actividade se iniciou em 2000 e se encontra actualmente em pleno funcionamento, que compete contribuir para a qualificação e formação do voluntariado a nível nacional. Dando cumprimento aos seus objectivos, o CNPV tem-se afirmado como um agente difusor de informação genérica sobre a temática do voluntariado, promovendo a visibilidade das acções realizadas na área, muito embora este órgão não detenha responsabilidade ao nível da produção de informação.

O Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), 2003-2005, estabelecia como meta no âmbito da promoção do voluntariado, a criação de bancos locais de voluntariado em todo o país, preferencialmente em parceria com as autarquias.

Os bancos de voluntariado constituem uma estrutura que, a nível local e de forma descentralizada, facilitam a promoção do voluntariado, instituindo-se como local de encontro entre os indivíduos que expressam a sua disponibilidade e vontade para a prática do voluntariado e as instituições que, necessitando de voluntários para apoiar o exercício das suas actividades, reúnem condições para acolher e coordenar a actividade voluntária.

¹ De acordo com os resultados da participação francesa no Projecto Johns Hopkins, o sector não lucrativo, onde se incluem este tipo de organizações, constitui uma força económica em crescimento em França, estimando-se a existência, em 1995, de aproximadamente 800.000 organizações, sendo predominantes as organizações de pequena dimensão.

Genericamente e, tal como definido pelo CNPV, são os seguintes os objectivos de um Banco de Voluntariado:

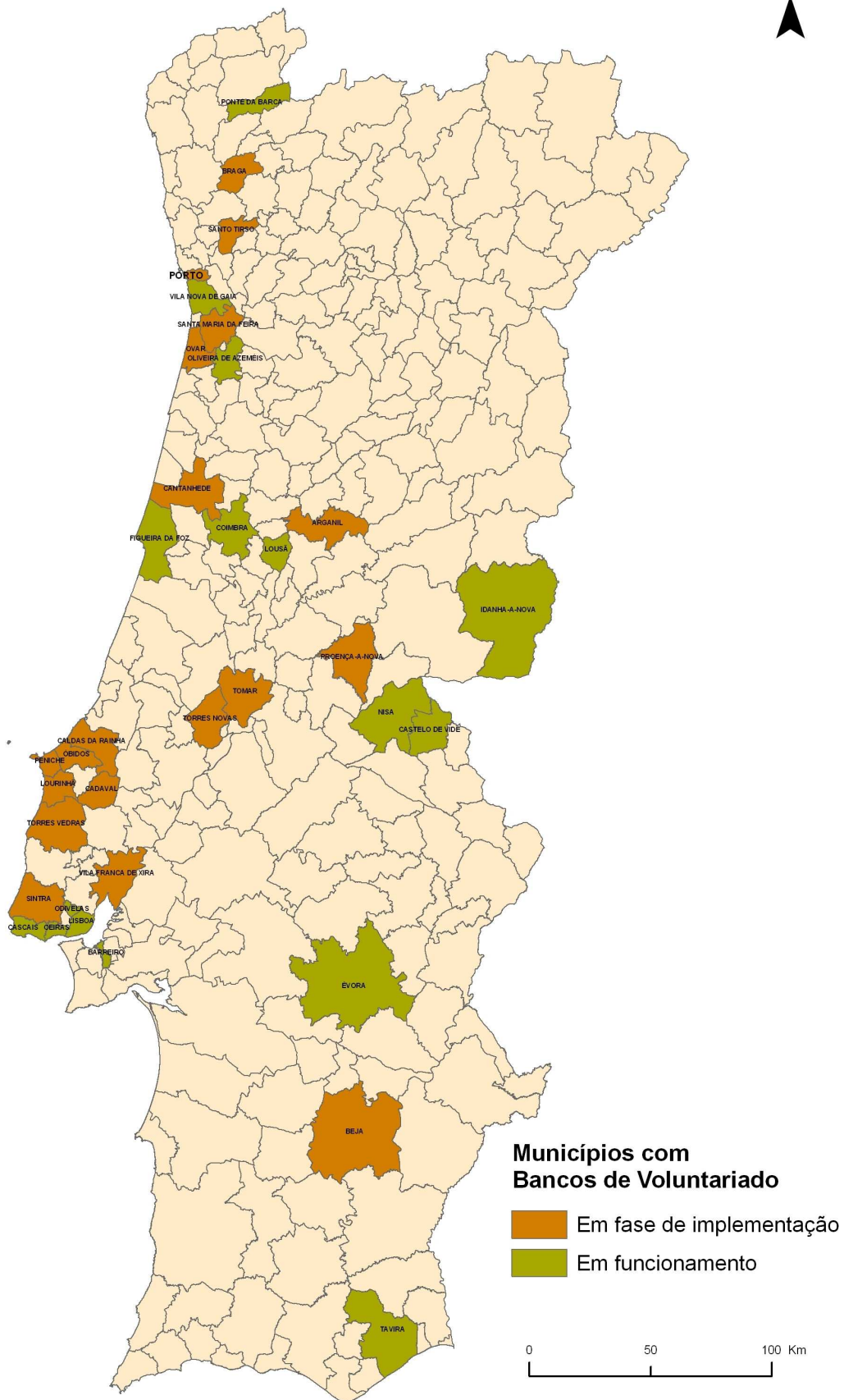
- . Promover o encontro entre a oferta e procura de voluntariado;
- . Sensibilizar os cidadãos para o voluntariado;
- . Divulgar projectos e oportunidades de voluntariado;
- . Contribuir para o aprofundamento do conhecimento do voluntariado;
- . Contribuir para a qualificação e formação do voluntariado.

Em termos de objectivos específicos, um banco de voluntariado está capacitado para:

- . Acolher candidaturas de pessoas interessadas em exercer voluntariado e proceder ao encaminhamento para as organizações promotoras de voluntariado;
- . Disponibilizar informação ao público sobre voluntariado.

Vários são já os municípios no país, entre os quais o Porto, que desde 2001, têm optado pela implementação deste tipo de estrutura como forma de otimizar a utilização deste importante recurso, constituindo os municípios, neste caso, os principais agentes dinamizadores do voluntariado à escala local (Mapa 1). Verifica-se, nalguns casos, que a criação dos Bancos resulta do estabelecimento de parcerias entre os municípios e as instituições com representatividade local ao nível da actividade e objectivos que desenvolvem. Nesta situação, os Bancos de voluntariado podem ser dinamizados por instituições que não os municípios (por exemplo, em Santo Tirso é dinamizado pela Santa Casa da Misericórdia, em Évora por uma Fundação e em Beja pela Caritas Diocesana). Distribuídos um pouco por todo o país, há bancos de voluntariado em pleno funcionamento e outros em fase de implementação.

Mapa 1 - Bancos de Voluntariado



Fonte: Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, 2005

2.4. O voluntariado e a responsabilidade social empresarial

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE) constitui hoje um conceito que, nas sociedades modernas, traduz uma alteração na atitude dos agentes económicos no mercado global. Confrontadas com os desafios de uma sociedade globalizada e mais competitiva, as empresas compreendem que não basta o retorno financeiro para garantir a sustentabilidade dos seus negócios e que a adopção de estratégias de responsabilidade social, valorizando o trabalho em parceria, pode revestir-se de um valor económico directo.¹

Em Portugal, o interesse pelo tema está a emergir, registando-se o aparecimento de organizações dedicadas à RSE e a abordagem desta disciplina na área da gestão dos recursos humanos, das relações públicas e do marketing. Neste contexto assiste-se, paulatinamente, a um envolvimento das empresas em projectos sociais e iniciativas de apoio, nomeadamente com recurso ao voluntariado empresarial revertendo a favor do bem-estar da comunidade. Apesar de serem ainda escassas e de se concentrarem nas empresas de maior dimensão², as práticas de voluntariado empresarial são crescentemente reconhecidas pelas empresas como uma estratégia importante a implementar.

A adopção de uma conduta socialmente responsável – por exemplo, na defesa de valores ambientais ou na melhoria dos padrões sociais de vida das populações – tem conduzido várias empresas portuguesas a introduzirem nas suas práticas empresariais acções de Responsabilidade Social.³ Não cabendo aqui citar as empresas que desenvolvem este conceito de responsabilidade social (bastante mais amplo do que a perspectiva que aqui analisamos, mais centrada na componente da acção voluntária) salientaremos apenas algumas das práticas que, apoiadas grandemente no voluntariado, são mais comuns:

- Campanhas de luta contra a fome através de acções no território nacional e orientadas para os países lusófonos;
- Recolha de fundos diversos (brinquedos, roupa, ...) para apoio a grupos sociais específicos (crianças, sem-abrigo);
- Angariação de fundos para financiamento de certo tipo de custos (ex. construção de instalações) em organizações não lucrativas;

¹ Para um enquadramento desta questão no contexto europeu pode consultar-se o “ *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*” (2001), disponível em www.europa.eu.int/comm/employment_social/publications/2001.

² Sobre a responsabilidade empresarial em Portugal pode consultar-se o documento “ *Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal – 2004*”, Ed. CECOIA.

³ GRACE (2004), *Primeiros Passos - Guia Prático para a Responsabilidade Social das Empresas*, Ed. Instituto Ethos. São referenciadas neste documento as diversas empresas (e projectos) que a nível nacional têm instituído práticas de responsabilidade social.

- Campanhas especiais que, tendo como objectivo final o investimento em infra-estruturas (por exemplo, escolares), apostam na criação de produtos específicos desenvolvidos para esses fins e que revertem a favor de populações específicas.

Algumas empresas, para além do apoio financeiro a iniciativas ou projectos, optam por realizar programas de voluntariado que podem constar da disponibilização de tempo dos colaboradores para, em horário normal de trabalho, realizarem trabalho voluntário em organizações não lucrativas (variando o tempo dedicado entre 1 hora/mês ou 1 semana/ano).

Este tipo de projectos e/ou programas por parte das empresas implica naturalmente um comprometimento dos agentes, neste caso económicos, com a comunidade em que estão inseridos.

PARTE 3. Caracterização do voluntariado na cidade do Porto

Este ponto é dedicado à análise dos resultados decorrentes da aplicação do inquérito postal às instituições de solidariedade e desenvolvimento sem fins lucrativos. Inclui naturalmente um enquadramento das questões de natureza conceptual e metodológica que balizaram este trabalho para se centrar posteriormente na caracterização das instituições alvo de inquirição e na caracterização do perfil dos voluntários aí acolhidos, em particular do voluntariado regular, isto é, daqueles que, pelo menos uma vez por mês, exercem esta actividade.

3.1. Natureza da abordagem adoptada

A necessidade de delimitação do objecto deste diagnóstico e de definição da abordagem metodológica a privilegiar obrigou a que se definissem respostas claras para um conjunto de questões tais como:

Que conceito de voluntariado adoptar? Quais as instituições a inquirir?

■ Conceitos orientadores

O voluntariado é um fenómeno amplo com definições algo diferenciadas consoante os contextos sociais e culturais que estejamos a considerar. Existem, no entanto, alguns pressupostos comuns espelhados na legislação dos países, que são entendidos como elementos necessários para se ser voluntário.¹

A definição mais corrente de voluntariado, em sentido lato, é aquela que é utilizada no âmbito das Nações Unidas, encontrando-se reflectida na recomendação que institui o Ano Internacional do Voluntariado. Revelando-se bastante ampla, procura enquadrar as características da acção voluntária no mundo, valorizando a diversidade das áreas mais tradicionais em que ocorre – desporto, actividades de lazer, educação, sector social, assistência aos mais idosos – até à participação em catástrofes de grandes dimensões, mobilizadoras da solidariedade social a nível global. Na Declaração Universal sobre o Voluntariado (Paris, 1990) podem ler-se os princípios fundamentais que enquadram e orientam a acção voluntária no mundo.

Ao revelar-se abrangente e capaz de integrar a diversidade das práticas de voluntariado no mundo, esta noção de voluntariado é também mais difícil de operacionalizar se tivermos em

¹ Para uma abordagem desta questão é útil consultar o seguinte relatório internacional onde se apresenta uma análise comparativa das legislações nacionais sobre voluntariado (USA, América do Sul, Canadá, Europa, Austrália): NELSON, Tarys (2005), Inter-American Development Bank, *"A comparative look at national volunteerism legislation"*. Disponível em <http://www.iadb.org/etica>. Consultado em Setembro de 2005.

consideração uma perspectiva de recolha de informação à escala local, aquela em que justamente nos situamos.

Procurando o conceito de voluntariado que mais se aproxima da realidade portuguesa, recorreremos à definição legal de voluntariado que, no essencial, se descreve nos seguintes pontos da Lei 71/98 de 3 de Novembro:

“... conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.” (Art.º 2.º - 1)

“Não são abrangidas pela presente lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança” (Art.º 2.º - 2)

“O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no uso do seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.” (Art.º 3.º - 1)

Naturalmente que esta definição legal incorpora um carácter formal que pressupõe a existência de requisitos vários (“Princípios enquadradores do voluntariado”) e a concretização de direitos e deveres do voluntário. Este formalismo advém também de uma concepção que pressupõe a existência de um programa de voluntariado entre a organização e o voluntário, um espécie de contrato que regula a relação entre as partes.

Este tipo de enquadramento legal clarifica o contexto e o modo como pode desenvolver-se o voluntariado, no entanto, e de um ponto de vista mais operacional, como é o caso deste projecto, revela-se uma concepção delimitada e restrita. Por conseguinte, identificamo-nos com a perspectiva assumida no estudo nacional do voluntariado de 2002, atrás já mencionado. Nesse Relatório, o conceito adoptado procura de algum modo o compromisso entre a definição legal, mais restrita, e a definição mais abrangente, prevista pelas Nações Unidas, resultando daí a seguinte definição de voluntariado:

“Actividade de interesse social e comunitário, não remunerada mas que pode ser objecto de alguma recompensa material, exercida no seio de uma organização mas não necessariamente abrangida por um programa” (ICS, UNL, 2002, p.18)

O sentido desta definição permite identificar o voluntariado organizado formalmente mesmo que não vinculado à existência de um programa e permite abranger determinados contextos e áreas de actividade em que efectivamente ocorre a prática do voluntariado. Desta situação é particularmente ilustrativo o voluntariado que, com carácter informal, exerce a sua actividade regularmente (é o caso de algum voluntariado hospitalar). No entanto, não se incluem nesta definição de voluntariado quaisquer actos de solidariedade social ou de vizinhança difíceis de identificar e de quantificar.

A delimitação do objecto deste diagnóstico conduziu, num segundo momento, à necessidade de clarificar o âmbito institucional (ou das organizações socialmente reconhecidas) em que decorreria o levantamento do voluntariado na cidade.

■ As instituições privadas sem fins lucrativos

Existindo na cidade poucas associações compostas exclusivamente por voluntários, como atrás já se referiu, considerou-se relevante abranger um leque diversificado de situações, que fossem representativas do tipo de instituições existentes na cidade e que cobrissem diversas áreas de actividade.

A este propósito deve salientar-se o facto de ter sido necessário recorrer, neste processo de recolha/levantamento de instituições, a um conceito norteador do que seria a identificação do tipo de instituições a inquirir. Sabendo-se que o voluntariado é uma prática presente em organizações muito diversas, frequentemente instituições privadas sem fins lucrativos, optou-se por valorizar nesta abordagem o que vulgarmente se designa por instituições do terceiro sector.

Sendo reconhecida a importância das organizações do terceiro sector na dinamização do voluntariado, com variações significativas de país para país (onde o sector assume diferentes designações) e consoante o tipo de actividade desenvolvida (ICS, UNL, 2002), esta revelou-se uma opção abrangente na perspectiva do levantamento de instituições da cidade e com capacidade para abarcar um vasto leque de situações/áreas de actividade.

Excluídos deste levantamento ficaram, pelo menos nesta fase, os outros dois sectores, público e privado com fins lucrativos, mesmo sabendo que são também dinamizadores de voluntariado.¹

¹ A este propósito refira-se que, a Câmara Municipal do Porto, enquanto estrutura do sector público da administração local, beneficia em alguns serviços da colaboração de voluntários com os quais tem formalizado programas de voluntariado.

As organizações do terceiro sector possuem um conjunto de traços característicos¹, destacando-se, particularmente, pelo facto de serem:

- o organizações formais, com um grau mínimo de institucionalização;
- o de carácter privado, mantendo um grau mínimo de independência face ao Estado;
- o de carácter não lucrativo e, como tal, não visando o lucro como objectivo final;
- o auto governadas, controlando as suas próprias actividades;
- o voluntaristas, envolvendo uma componente de trabalho voluntário significativa.

Apesar da predominância de organizações com carácter formal abrangidas neste levantamento, revelou-se particularmente importante a inclusão de grupos e/ou movimentos de voluntariado que, não obstante o seu carácter informal, são mobilizadores de um número significativo de voluntários, com carácter organizado e regular, nas instituições em que estão inseridos. Esta situação é particularmente frequente na área do voluntariado hospitalar, tendo a confirmação desta situação ocorrido na fase da aplicação do pré-teste ao Inquérito junto de diversas instituições da cidade.

Nesta opção – de abranger instituições privadas sem fins lucrativos - privilegiaram-se as instituições que trabalham com fins de solidariedade social e de desenvolvimento num âmbito que permite abranger diferentes áreas de actividade: ambiente, saúde, solidariedade social, cooperação e desenvolvimento.

Uma nota para referir que não houve, no decurso deste diagnóstico, a preocupação de garantir um levantamento exaustivo de todo o tipo de instituições. Nesta medida, estamos conscientes de que, há áreas de actividade, como por exemplo, a cultura, recreio e desporto; a educação e ciência, que se encontram sub-representadas no levantamento efectuado. Outro tipo de organizações do terceiro sector, como por exemplo, sindicatos, partidos políticos, associações de pais, colectividades culturais e recreativas, entre outras, estão também excluídas do levantamento efectuado.

Com o objectivo de constituir uma base de dados das instituições, deu-se início a um processo de levantamento de informação para a cidade que, não sendo exaustivo, como se referiu, será certamente actualizado ao longo do tempo. Foram identificados os seguintes tipos de instituições:

- Associações juvenis
- Associações mutualistas
- Associações de defesa do ambiente
- Associações de bombeiros

¹ De acordo com a abordagem feita em *"O Terceiro Sector – Directório de ONG (2002)"*, edição Público/Montepio Geral.

- Organizações na área da saúde, incluindo:
 - . associações de voluntariado
 - . liga de amigos
 - . grupos de voluntariado
 - . movimentos de voluntariado
- Organizações de carácter religioso:
 - . Caritas
 - . Centros paroquiais
 - . Sociedade São Vicente de Paulo
 - . Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Fundações
- Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento
- Santa Casa da Misericórdia.

■ O Inquérito ao Voluntariado

O recenseamento das instituições a inquirir foi efectuado a partir do levantamento de informação em fontes diversas (publicações várias, informação disponibilizada por organismos oficiais, sites na Internet da administração pública central e de instituições particulares, páginas amarelas, contactos telefónicos) que permitiram recolher o nome, endereço e contacto dos diferentes tipos de instituição e tornaram possível a constituição de uma base das instituições potencialmente mobilizadoras do voluntariado na cidade. Na sequência deste levantamento deu-se início à concepção do instrumento que possibilitou a recolha directa de informação.

Foi elaborado um inquérito por questionário, a ser administrado via postal, destinado a ser preenchido por um responsável da instituição. A estrutura definitiva deste questionário, composta quase exclusivamente por questões fechadas, visou solicitar informação que possibilitasse, por um lado, a caracterização da instituição e, por outro, a caracterização dos voluntários acolhidos pelas instituições. A recolha dos dados reportou-se ao ano de 2004.

Relativamente ao trabalho de terreno, foi efectuado o primeiro envio postal, em final de Março de 2005, a um universo de 189 instituições. Foram eliminados quatro registos, de instituições que mudaram a sua sede para outros concelhos da Área Metropolitana. De um total actualizado de 185 instituições, foram recebidos 104 inquéritos e iniciado um processo que implicou a validação da informação de mais de 50% dos inquéritos recepcionados, por

telefone, com o objectivo de obter esclarecimentos sobre os dados fornecidos. Vários reenvios foram ainda efectuados, ou para novas moradas ou porque as instituições assim o solicitaram. A recepção de inquéritos prolongou-se até Julho de 2005. Foi obtida uma taxa de resposta de 56,2%, bastante satisfatória relativamente aos valores habituais em inquéritos postais.

O inquérito foi previamente sujeito a um pré-teste junto de um conjunto diversificado de instituições da cidade, realizado através de contacto directo com os seus responsáveis. Como resultado da aplicação do pré-teste foi possível introduzir alguns ajustamentos no instrumento de notação ao nível da forma e conteúdo de algumas questões.

A estrutura deste questionário é composta por duas partes. Uma primeira parte tem como objectivo a caracterização das instituições inquiridas relativamente a um conjunto de variáveis como: natureza da instituição, data da fundação, registo da instituição como IPSS, número de associados, áreas de actividade, principais projectos, âmbito geográfico de actuação, principais fontes de financiamento, número de beneficiários. Uma segunda parte do questionário, destinada à caracterização do voluntariado acolhido nas instituições, pretende identificar as áreas de actividade em que se desenvolve o voluntariado, quantificar o número de voluntários ocasionais e regulares em exercício na instituição e caracterizar o perfil sócio-demográfico dos voluntários regulares.

Pretendeu-se que o tipo de variáveis incluídas neste questionário garantisse alguma comparabilidade com o estudo nacional de caracterização do voluntariado (2002) e na medida do possível (isto porque os indicadores utilizados nem sempre são comparáveis) com alguns dados internacionais.

3.2. Caracterização das instituições inquiridas

Seguidamente apresenta-se uma análise dos resultados obtidos que decorreram da aplicação do Inquérito ao Voluntariado a instituições privadas sem fins lucrativos da cidade.

No total das 104 instituições respondentes ao inquérito assumem particular destaque as associações que se auto-identificaram como sendo de solidariedade social, as quais correspondem a cerca de metade do total (53).

Surgem igualmente representadas, se bem que com valores bastante inferiores, as fundações e os centros paroquiais/organizações religiosas (16), e em seguida as

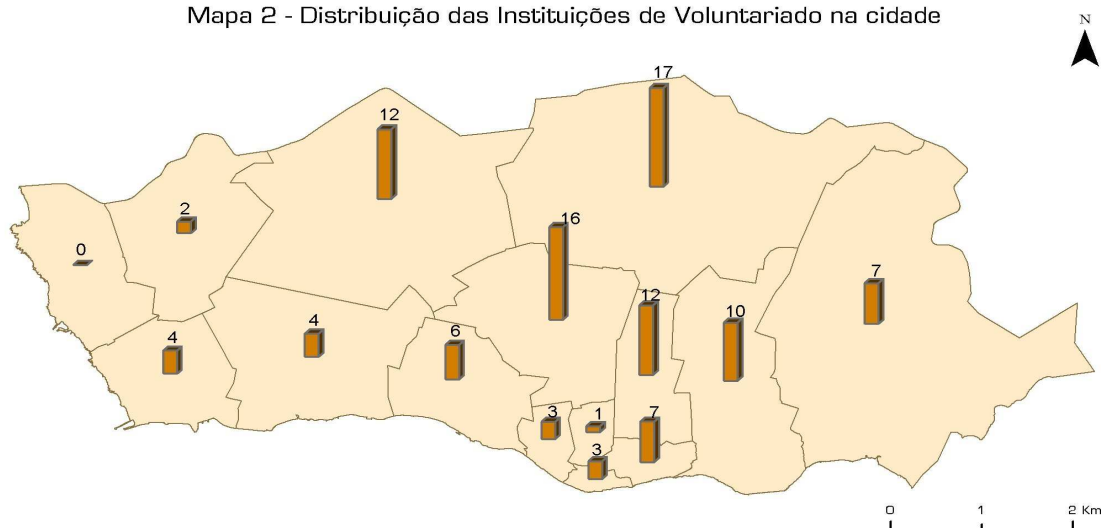
organizações ligadas à área da saúde representando 7 das instituições. As associações de socorros mútuos e as ONG'S têm também igual representatividade (6) (Quadro 1).

Quadro 1. Distribuição das instituições segundo a sua natureza

INSTITUIÇÕES	Nº
Associação de bombeiros voluntários	2
Associação de desenvolvimento local	1
Associação de imigrantes	1
Associação juvenil	2
Associação de socorros mútuos/mutualidade	6
Associação de solidariedade social	53
Associação de voluntários de acção social	2
Centro paroquial/organização religiosa	8
Cruz Vermelha Portuguesa	1
Fundação da solidariedade social	8
Irmadade de Misericórdia	1
Organização não governamental de desenvolvimento	6
União/federação/confederação	3
Associação / grupo área da saúde	7
Outra	3
Total	104

Se procurarmos analisar a distribuição geográfica das instituições respondentes pelas freguesias da cidade, verificamos que existe uma maior concentração de instituições no centro da cidade: 42% estão localizadas nas freguesias de St. Ildefonso, Bonfim, Cedofeita e

Mapa 2 - Distribuição das Instituições de Voluntariado na cidade



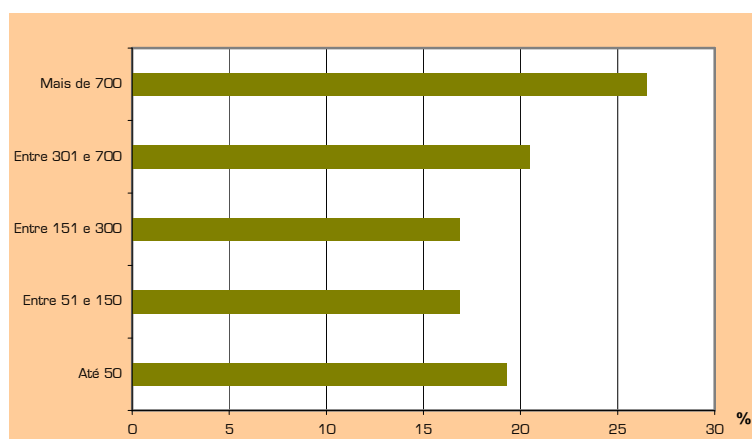
Fonte: Inquérito ao Voluntariado, CMP, 2004

Massarelos) (Mapa 2). É ainda de destacar a freguesia de Paranhos que acolhe 17 instituições de voluntariado.

A dimensão das instituições pode aferir-se, entre outros indicadores, pelo seu número de associados. No conjunto das instituições respondentes verifica-se uma grande diversidade de situações: desde a organização que possui apenas 6 associados até aquela que ultrapassa os 60 000 associados (“Previdência Familiar do Porto” – Associação Mutualista).

Prevalecem, no entanto, as instituições com mais de 700 associados que representam 27% do total (Fig. 2).

Figura 2. Dimensão das instituições aferida pelo número de associados em 2004



No total das instituições respondentes 71% declaram estar registadas como IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

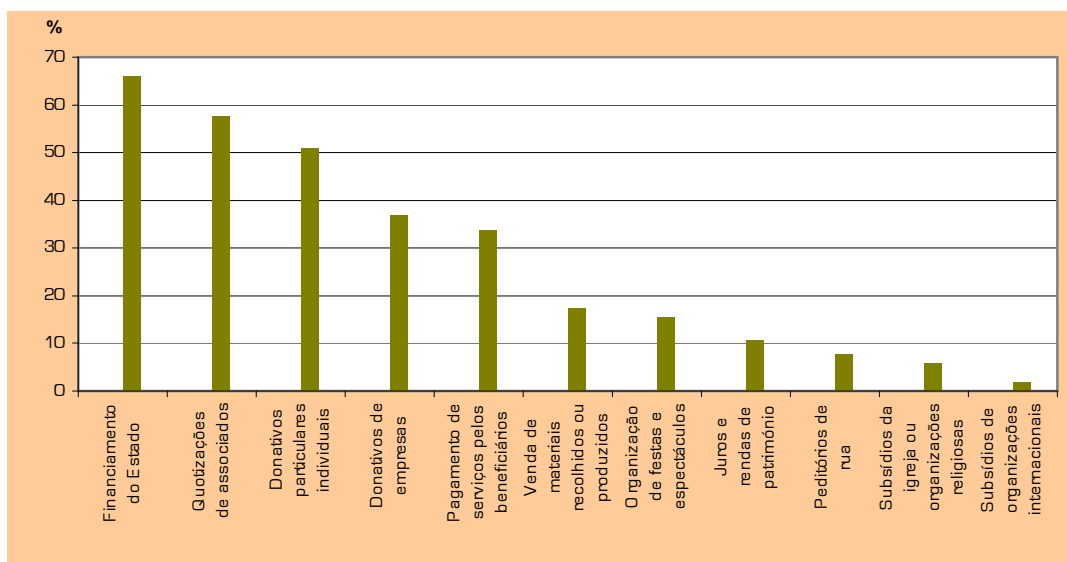
Este estatuto, definido no DL 119/83, permite que um grande número de instituições sem fins lucrativos que intervêm particularmente na esfera social, não sendo administradas pelo Estado, assegure um conjunto diversificado de serviços à população: apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, protecção dos cidadãos na velhice e na invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição dos meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, promoção e protecção da saúde, educação e formação profissional e resolução dos problemas habitacionais da população.

A partir do momento em que se encontram registadas, as instituições passam a usufruir dos benefícios fiscais e financiamento estatal que o referido estatuto possibilita.

Relativamente à estrutura de financiamento, quando questionadas sobre as principais fontes de financiamento, as instituições referem o Estado (66%) seguido das quotizações dos

associados (58%). De observar ainda que 51% das instituições refere os donativos particulares individuais como fonte importante do seu financiamento (Fig. 3). A constatação de uma significativa dependência do financiamento estatal não é alheia ao facto de a grande maioria das instituições ser IPSS e, por isso, estar muito dependente do apoio do Estado.

Figura 3. Fontes de financiamento das instituições em 2004



Idêntica situação encontra-se espelhada no estudo nacional onde se refere que “mais de metade das instituições se sustenta no Estado para garantir mais de 50% do seu orçamento” (ICS, UNL, 2002, p. 53).

O quadro 2. traduz a importância que a actividade voluntária representa nas instituições, sendo notória a elevada dependência deste tipo de trabalho . Se é verdade que o recurso ao trabalho voluntário pode constituir uma escolha por parte da instituição, por outro, a presença de um baixo número de trabalhadores remunerados poderá ser indicativa de alguma incapacidade financeira que possibilite a algumas instituições fazer face à contratação de trabalhadores remunerados e ao investimento na profissionalização de alguns serviços.

Quadro 2. Distribuição dos recursos humanos nas instituições, por categoria, em 2004

	%
Voluntários	76,7
Trabalhadores remunerados	19,8
Outros trabalhadores não remunerados	3,5
Total	100,0

A questão relativa à gestão do voluntariado nas instituições não foi contemplada neste inquérito. Não obstante, a aplicação do pré-teste e o contacto directo com a diversidade de instituições da cidade permitiu recolher algumas impressões qualitativas com interesse para esta análise. Efectivamente foi possível observar um reconhecimento unânime por parte das instituições quanto ao papel social do voluntariado. No entanto, constataram-se dois tipos de situações. Por um lado, há instituições que acolhem e recrutam voluntários porque estes são imprescindíveis para assegurar o funcionamento das actividades da organização, estando estas sempre receptivas para acolher voluntários sempre que estes se oferecem para participar nas actividades da instituição. Por outro lado, há instituições cuja abertura ao envolvimento dos voluntários é menos “automática”, e que recrutam o seu corpo de voluntários segundo critérios de selecção bem definidos e, posteriormente, investem na sua formação. Para estas instituições a selecção de voluntários com um perfil adequado à instituição é uma questão decisiva para o desempenho bem sucedido da actividade e o investimento na formação dos voluntários é perspectivado como indispensável ao nível da gestão destes recursos humanos.

3.3. A expressão do voluntariado nas instituições da cidade

Sobre o acolhimento de voluntários nas instituições, verifica-se ser elevada a percentagem daquelas que acolhem voluntários (83%). Destes, 22% são “voluntários de direcção” o que significa que asseguram tarefas de carácter administrativo e de gestão (Quadro 3).

Quadro 3. Acolhimento de voluntários pelas instituições, em 2004

	%
Instituições que acolhem voluntários	61
Instituições que acolhem voluntários apenas na direcção ou órgãos sociais	22
Instituições que não acolhem voluntários	17
Total	100

A presença de voluntários em instituições na cidade do Porto é maior do que a média nacional que se situava em 67%, segundo o estudo do voluntariado de 2002.

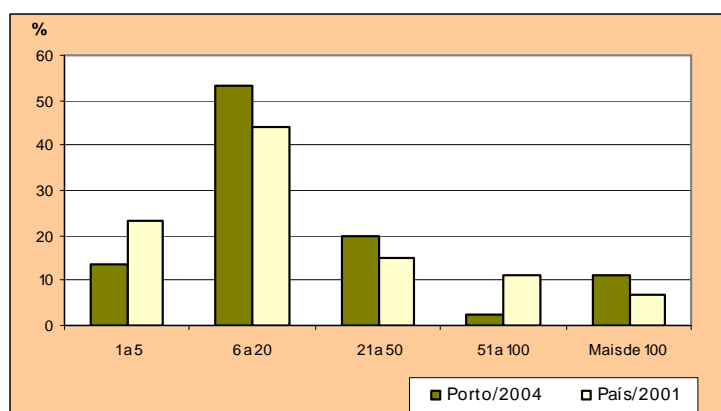
Através do inquérito realizado foi contabilizado um total de 6.693 indivíduos que exerceram voluntariado nas instituições da Cidade em 2004. O objectivo de caracterizar quantitativamente o tipo de voluntários, conduziu-nos à necessidade de distinguir entre o

*voluntariado ocasional*¹ [aquele que exerce trabalho voluntário pelo menos uma vez por ano] e o *voluntariado regular* [aquele que exerce trabalho voluntário pelo menos um vez por mês]. Analisando os dados recolhidos, observa-se que os voluntários regulares, num total de 5441 indivíduos, são claramente predominantes sobre os voluntários ocasionais (representando 81%). De uma forma geral o voluntariado ocasional presente nas instituições é mobilizado esporadicamente para situações particulares como é o caso dos pedidos anuais (prática instituída em muitas instituições).

Relembre-se que, no caso deste diagnóstico, um dos principais objectivos a alcançar consistia em caracterizar, com base num conjunto mais alargado de indicadores, o voluntariado regular nas instituições.

Procurando perceber como se distribuem as instituições do nosso universo segundo o número de voluntários acolhidos em 2004 e, comparativamente com os dados do estudo nacional de 2002, obtém-se a seguinte representação (Fig. 4)

Figura 4. Distribuição das instituições segundo o volume de voluntários em 2004 – comparação com os valores nacionais (2002)



Nota: Excluíram-se, neste caso, os Bombeiros Voluntários para garantir a comparabilidade com os dados do estudo nacional

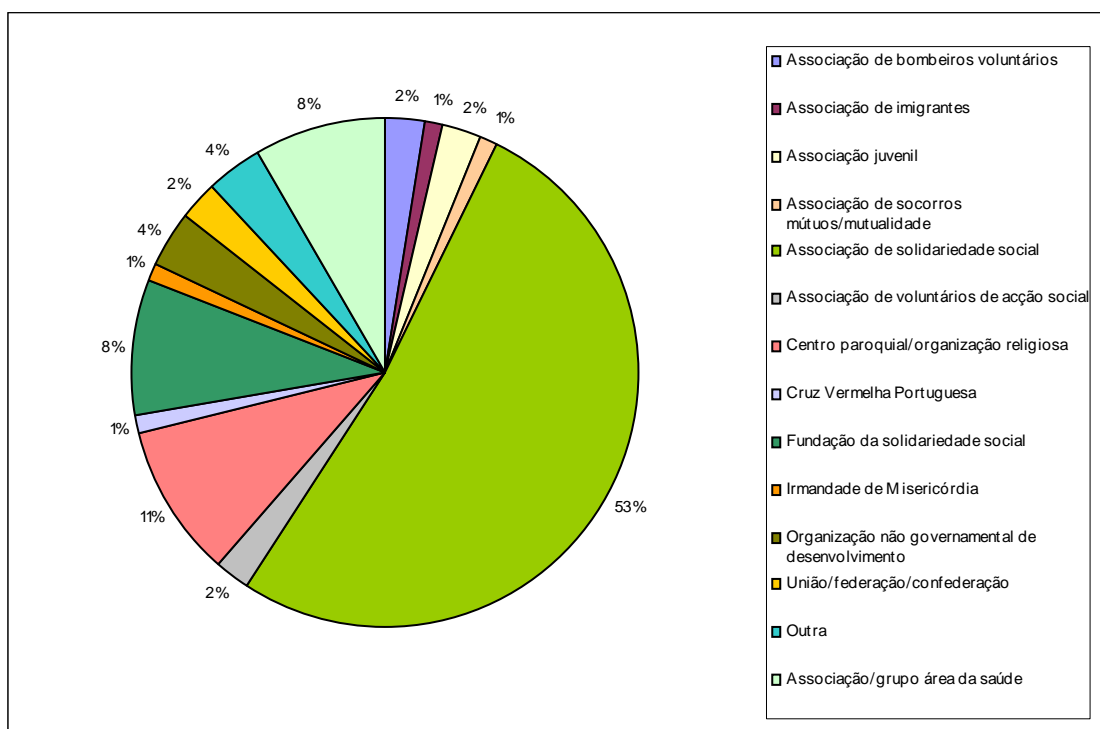
Traço comum com os dados do estudo nacional é o facto de uma boa parte das instituições acolher entre 6 a 20 voluntários que é a classe mais representativa em ambos os casos (com 53% de instituições na cidade do Porto e 44% no país). É também comum o facto de se registar uma baixa concentração de instituições que possuem acima de 50 voluntários. Tanto para a cidade do Porto como para o país esse valor não atinge 20% das instituições inquiridas.

¹ Adoptaram-se, neste diagnóstico e no inquérito ao voluntariado aplicado às instituições, os mesmos conceitos que os utilizados no âmbito do estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal, com o objectivo da comparabilidade de resultados.

A principal diferença entre ambos os padrões de distribuição prende-se com a maior dispersão de instituições segundo o volume de voluntários acolhidos a nível nacional. Tal significa que na cidade do Porto assumem menor expressão as instituições que acolhem um número muito reduzido (inferior a 6) ou um número muito elevado (superior a 50) de voluntários.

Através de uma leitura que procura perceber como se distribuem os voluntários regulares segundo a natureza da instituição, é de salientar a elevada concentração de voluntários nas associações de solidariedade social, representando 53% deste total, facto que se justifica pela expressão numérica que estas detêm no conjunto das instituições. Seguem-se, afastados, os centros paroquiais e organizações religiosas (11%) e com o mesmo valor percentual as fundações de solidariedade social e as organizações na área da saúde (8%). Relativamente a outras instituições situadas na área alargada da solidariedade social como, por exemplo, as mutualidades, refira-se que apenas 1% dos voluntários aí prestam serviço (Fig.5).

Figura 5. Distribuição de voluntários regulares segundo a natureza da instituição em 2004



Com valores também minoritários neste universo, surgem instituições como as corporações de Bombeiros, a Cruz Vermelha e a Misericórdia. Apesar de aqui se apresentarem como as instituições que menos voluntariado regular acolhem, exactamente porque não são

numericamente expressivas no conjunto, importa referir que estamos perante instituições da cidade, todas elas mobilizadoras de voluntariado.

Esta distribuição dos voluntários regulares pelas instituições também atinge valores residuais nas associações de imigrantes, nas associações juvenis, nas ONG e nas uniões/federações ou confederações. No conjunto, estas acolhem apenas 13% dos voluntários.

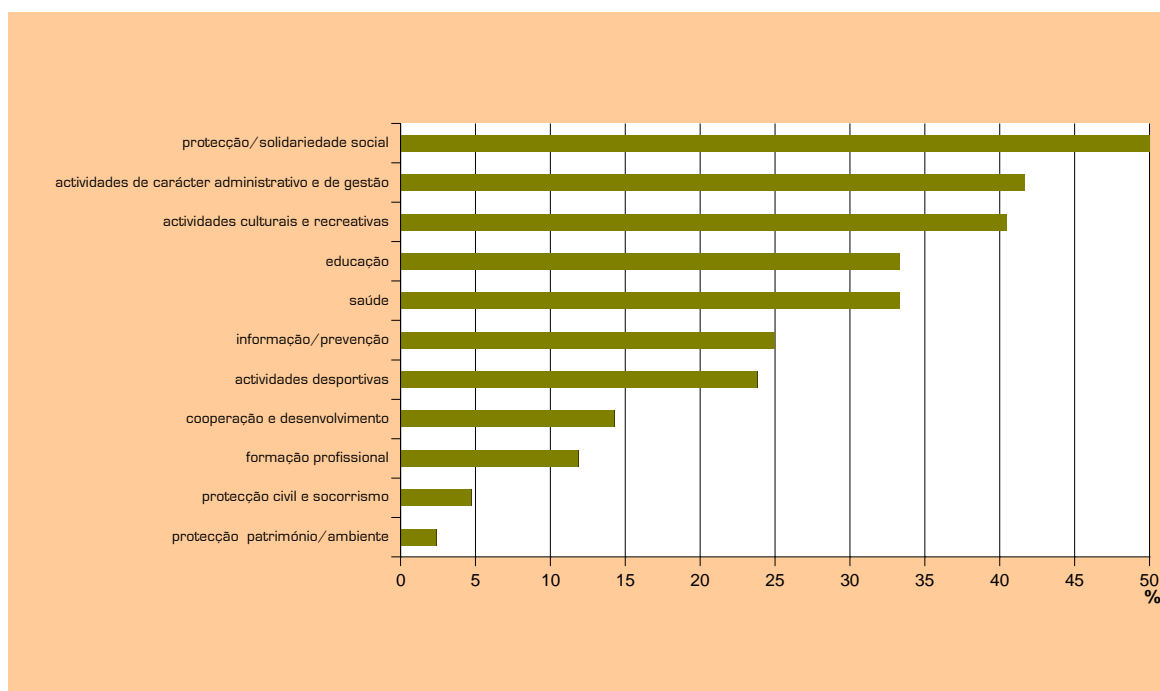
Em conclusão, o padrão de distribuição das instituições e dos voluntários regulares segundo a natureza das instituições acolhedoras é muito semelhante.

3.4. Traços marcantes do voluntariado de carácter regular nas instituições

■ Áreas de actividade

No que respeita às áreas de actividade em que é exercido o voluntariado, a área da protecção/solidariedade social é assinalada por 50% das instituições seguida da área relativa às actividades de carácter administrativo e de gestão referida por 42% (Fig.6).

Figura 6. Áreas de actividade do voluntariado nas instituições em 2004



Embora a leitura destes dados não permita uma análise mais aprofundada, é possível, no entanto, avançar uma interpretação para o facto de a área relativa às actividades de carácter administrativo e de gestão ser tão representativa no conjunto das áreas do voluntariado. Tendo presente os dados qualitativos recolhidos na fase de contacto com diversas instituições, foi possível perceber que, frequentemente, há organizações que, não tendo capacidade financeira de recorrer a uma gestão mais profissionalizada, dedicam grande parte do contributo do trabalho voluntário às tarefas de direcção e de administração, desempenhando muitas actividades que, de outro modo, ficariam, em parte, por realizar comprometendo o seu normal funcionamento.

Estes dados desta questão são de algum modo indicativos de uma questão relevante a explorar em futuros inquéritos e que respeita à capacidade de gestão e de organização das instituições, ao seu maior ou menor grau de profissionalização, ao tipo de cultura organizacional existente, entre outros.

■ Tempo dedicado

A actividade/trabalho dos voluntários aferida pelo tempo médio semanal dedicado à organização permite constatar que o segmento mais expressivo de elementos (45%) disponibiliza entre 1 a 4 horas semanais. À medida que aumenta o número de horas de trabalho prestado nas organizações tende a diminuir o número de voluntários (Quadro 4).

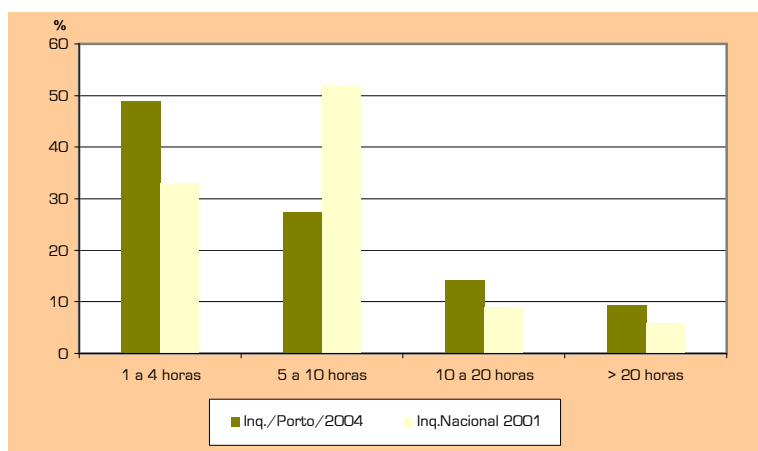
Quadro 4. Distribuição dos voluntários regulares segundo o tempo médio semanal (horas) dedicado à instituição em 2004 - Cidade do Porto

Horas por semana	%
1 a 4 horas	45
5 a 10 horas	30
10 a 20 horas	16
> 20 horas	9

n =2856

Numa leitura comparada com os dados do estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal (2002), que opta por excluir as corporações de Bombeiros para tornar os dados internacionalmente comparáveis, pode afirmar-se que se, nas instituições da cidade do Porto, a dedicação ao voluntariado em termos de tempo médio semanal prestado se concentra principalmente entre as 1 e 4 horas, a nível nacional tal ocorre na classe das 5 às 10 horas semanais, o que é demonstrativo de uma maior disponibilidade para a prática do voluntariado à escala nacional (Fig. 7).

Figura 7. Distribuição dos voluntários regulares segundo o tempo médio semanal (horas) dedicado à instituição em 2004 - comparação com os valores nacionais



n = 2633

Nota: Excluíram-se, neste caso, os Bombeiros Voluntários para garantir a comparabilidade com os dados do estudo nacional

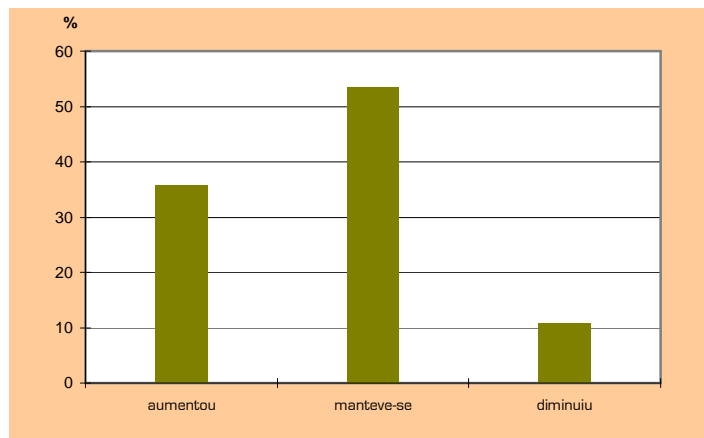
Quando interrogadas sobre a duração da actividade voluntária regular, segundo o tempo de permanência (meses/anos) na instituição, é interessante verificar, no caso do Porto, que 76% das instituições destaca ter voluntários há mais de dois anos. A estabilidade do corpo de voluntários é pois a principal característica recolhida (Quadro 5).

Quadro5. Distribuição dos voluntários regulares segundo o “tempo de permanência” nas instituições em 2004

Tempo de permanência	%
Voluntários há menos de 1 mês	0,4
Voluntários entre 2 e 12 meses	11,1
Voluntários entre 1 e 2 anos	12,6
Voluntários há mais de 2 anos	75,9

A percepção subjectiva dos responsáveis das instituições acerca da evolução do número de voluntários entre 2000-2004 indica uma tendência de estabilidade.

Figura 8. Evolução do voluntariado nas instituições entre 2000-2004



Nesta matéria, a confrontação de tendências com outros países é difícil de realizar devido à diferença nos conceitos e indicadores adoptados. Poder-se-á, apesar de tudo, referir o exemplo inglês cuja tendência recente aponta para um decréscimo da “população envolvida na actividade voluntária” no período entre 1991 e 1997 mas que, em contraponto, revela um aumento do tempo dedicado ao voluntariado.

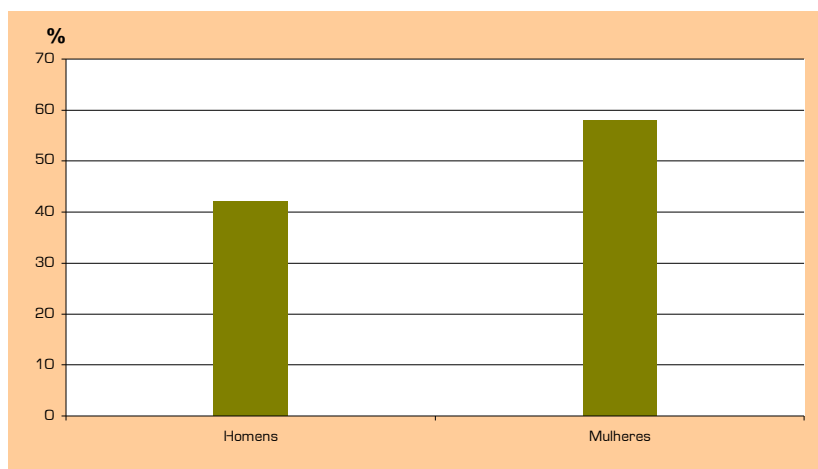
■ Perfil sócio-demográfico dos voluntários regulares

No que respeita ao perfil dos voluntários regulares, é importante assinalar que não chega a 50% a taxa de resposta para qualquer das variáveis abaixo consideradas. Por um lado e para algumas variáveis, nem sempre as organizações recolhem dados de caracterização dos seus voluntários. Por outro lado, foi possível constatar que há organizações que não dispõem de sistemas de informação organizada e sistematizada sobre os voluntários que nelas colaboram.

Todavia, é possível, para o conjunto das respostas obtidas, ensaiar a caracterização sócio-demográfica dos voluntários regulares, para algumas variáveis essenciais – género, idade, estado civil, níveis de escolaridade, condição perante o trabalho e profissão.

Relativamente à distribuição por género, predominam as mulheres que se dedicam ao voluntariado regular (58%) (Fig. 8).

Figura 8. Voluntários regulares segundo a repartição por Género



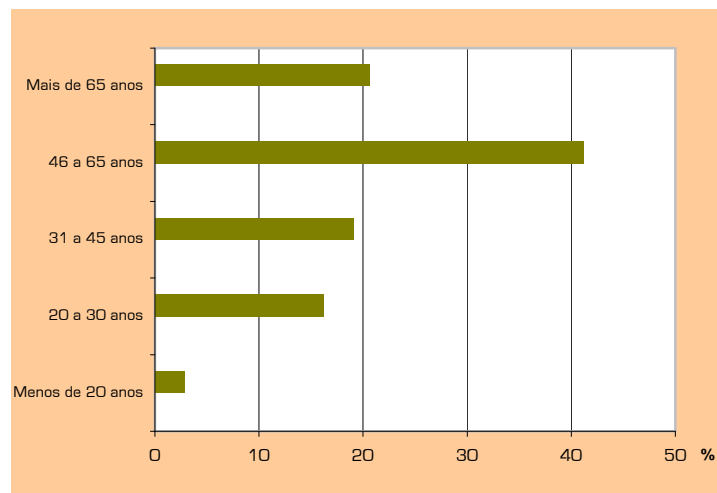
Segundo dados comparativos internacionais disponíveis, a variável género não apresenta grande regularidade. Tendo presente alguns dos valores referidos no estudo nacional (ICS, UNL, 2002, p.162) para países na Europa, Canadá e Estados Unidos existe alguma variabilidade entre os países. Por exemplo, nos países anglo-saxónicos, é superior a proporção de mulheres voluntárias (países onde é frequente o trabalho a tempo parcial) mas em contrapartida noutros países como a Irlanda, a Holanda e a Suécia há preponderância dos homens que se dedicam a esta actividade.

Tal como destaca o Conselho da Europa¹ a acção do voluntariado constitui uma experiência que pode ser gratificante em qualquer idade. A acção voluntária permite adquirir experiência, desenvolve o espírito de cidadania e as competências pessoais; pode proporcionar satisfação tanto a indivíduos na vida activa quanto aos que já se retiraram dela, representando, também por isso, um factor positivo no envelhecimento activo.

No caso do Porto, na distribuição dos indivíduos por grupos etários destaca-se claramente o escalão situado entre os 46 e os 65 anos (41%). Quanto aos indivíduos com mais de 65 anos representam 21%, o que significa que é o escalão adulto que inequivocamente mais se dedica ao voluntariado (62%). A quota referente aos escalões etários mais jovens, com idade não superior a 30 anos, não ultrapassou os 19%. (Fig. 9).

¹ Council of Europe (2000), Parliamentary Assembly, *Improving the status and role of volunteers as a contribution by the Parliamentary Assembly to the International Year of Volunteers 2001*. Disponível em <http://assembly.coe.int/Documents/WorkingDocs>.

Figura 9. Voluntários regulares segundo a repartição por idade

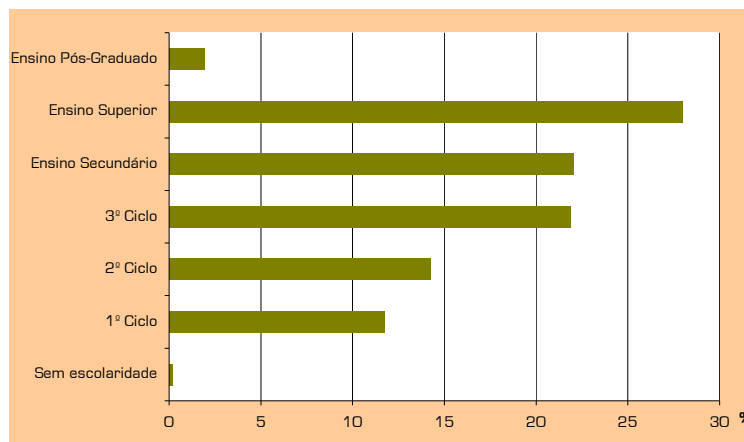


Relativamente ao envolvimento do voluntariado jovem que, neste inquérito, apresenta valores baixos, é de realçar, no entanto, o facto de, através dos contactos estabelecidos com as instituições, ter sido referido pelos seus responsáveis, a predisposição crescente dos jovens, principalmente de jovens recém-licenciados para a prática do voluntariado. Por um lado, para muitos jovens, as motivações para esta actividade estão associadas a uma forte vontade de adquirir experiência e um primeiro contacto com a realidade que lhes permita melhorar competências pessoais e valorizar o seu próprio curriculum. Por outro, é de relevar o facto de muitas instituições referirem a vontade de enquadrar os candidatos a voluntários mas de considerarem que estes nem sempre correspondem, em termos de perfil voluntário, às necessidades da instituição.¹

No que respeita aos níveis de escolaridade dos que se dedicam ao voluntariado regular, verifica-se um nível elevado de qualificação dos voluntários regulares, claramente acima da média da cidade e do país. É de realçar que aproximadamente 50% dos voluntários possui um nível de qualificações elevado: 1/3 possui qualificações ao nível do ensino superior e pós-graduado e 22% possui o ensino secundário. São, por exemplo, pouco expressivos neste conjunto os voluntários regulares com baixas qualificações escolares, ao nível do 1º ciclo (12%) (Fig.10).

¹ Refira-se que existe em Portugal enquadramento legal específico para o voluntariado jovem em projectos de solidariedade, de natureza social ou cultural (Decreto Lei 168/93 de 11 de Maio).

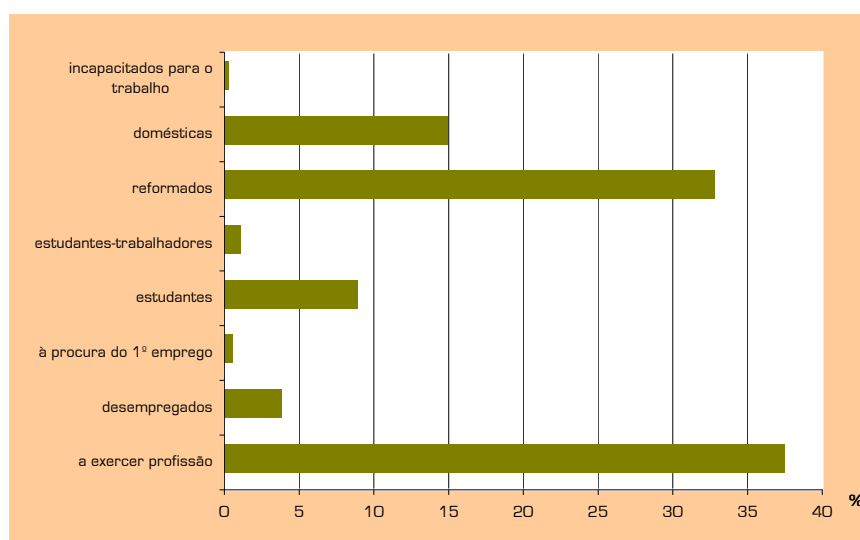
Figura 10. Voluntários regulares segundo a repartição por níveis de escolaridade



Os resultados para a cidade do Porto, ficam um pouco aquém dos resultados do inquérito nacional, em que mais de 65% dos voluntários detêm um grau de escolaridade secundário ou superior.

No que diz respeito à condição perante o trabalho verificou-se um predomínio dos voluntários activos, a exercer profissão (38%), logo seguido dos voluntários reformados (33%). É ainda de assinalar o segmento das domésticas (15%). A participação em actividades voluntárias por parte dos estudantes é ainda significativa não atingindo, porém, este grupo 10% do total dos voluntários nas instituições (Fig.11).

Figura 11. Voluntários regulares segundo a condição perante o trabalho



Não obstante o papel que a acção voluntária pode desempenhar para aqueles que não têm um emprego, designadamente elevando a auto-estima e o sentimento de participação social e reforçando as qualificações valorizadas pelo mercado de trabalho, o peso dos voluntários nesta situação é pouco expressivo (4%).

Os dados do inquérito nacional apontam para mais de metade dos voluntários a exercer uma profissão, bem mais do que acontece na cidade do Porto. Inversamente, a proporção de reformados é inferior, a rondar os 20% e os estudantes representam 15% dos que exercem voluntariado.

■ Principais Profissões

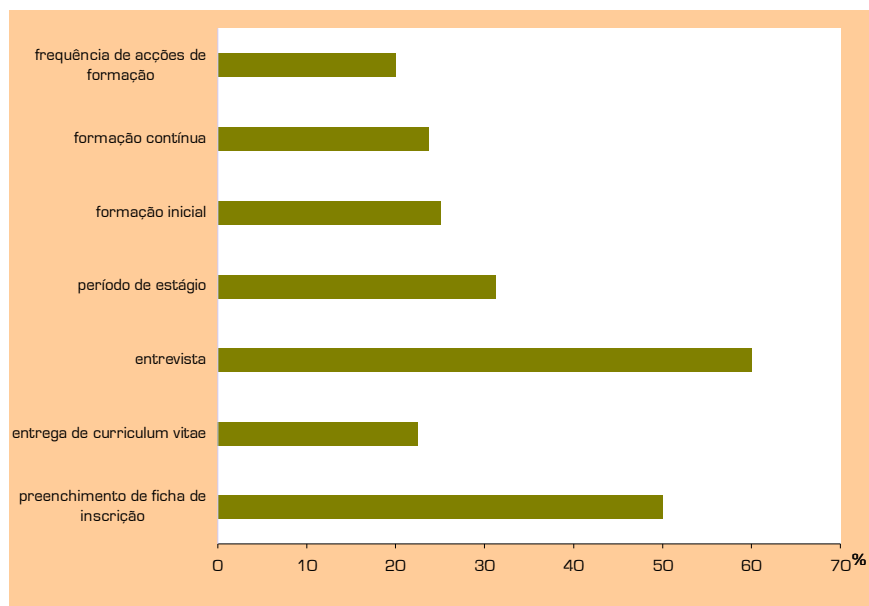
Com o objectivo de caracterizar o perfil dos voluntários relativamente às suas profissões foram questionados os representantes das instituições para que, em questão aberta, indicassem as três principais profissões dos voluntários regulares. Da análise a essa questão foi possível perceber que são principalmente os professores que se dedicam a esta actividade, seguindo-se os trabalhadores administrativos e os profissionais da área da saúde – médicos, enfermeiros e psicólogos.

Pode ainda salientar-se a referência aos estudantes universitários, técnicos qualificados da área das ciências sociais (principalmente técnicos de serviço social), e trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio.

■ Modalidades de selecção e de recrutamento dos voluntários

Quando questionados sobre as modalidades de selecção e recrutamento dos voluntários, os responsáveis das instituições referem a entrevista (60%) e a inscrição (50%) como as formas mais frequentes de recrutamento. A realização de um período de estágio na instituição é uma prática que aproximadamente 1/3 dos responsáveis referem (Fig.12).

Figura 12. Selecção e recrutamento de voluntários



Quanto às diversas modalidades de formação do voluntariado nas instituições, as respostas obtidas referem as seguintes: a formação inicial (26%), a formação contínua (24%) e a realização de acções de formação (20%). Deve, contudo, salientar-se que a aposta na formação constitui ainda uma prática pouco frequente, situação que é indicativa do escasso investimento das instituições na formação do seu corpo de voluntários.

NOTAS FINAIS

- O contributo que resulta deste relatório em termos de caracterização do sector do voluntariado na cidade representa um primeiro passo para, à escala local, se equacionar a possibilidade de se proceder a uma mais adequada organização dos recursos disponíveis (instituições e voluntários) com o objectivo de melhor responder a necessidades existentes na cidade, em domínios diversos, particularmente na área da solidariedade social.
- Sabendo-se que o dinamismo do sector voluntário pode influenciar positivamente a qualidade de vida da cidade, este estudo poderá servir de instrumento para apoiar propostas relativas a uma intervenção mais activa do município neste domínio tendente a melhorar a regulação entre a oferta e a procura de voluntários e das organizações.
- A participação e o envolvimento da sociedade civil na promoção das condições de bem-estar da população, representa o exercício de uma cidadania activa, responsável e solidária, capaz de complementar a actuação dos diversos agentes (administração pública central e local) à escala urbana.
- De referir, por último, que o acompanhamento da dinâmica do voluntariado na cidade e a sua evolução permanece, à semelhança do restante painel de indicadores, como uma preocupação do Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana ao nível da actualização da informação. Neste sentido, um novo inquérito ao voluntariado será aplicado, com periodicidade ainda a definir e com a possibilidade de introdução de novas variáveis ao nível do instrumento de notação. O recenseamento das instituições de solidariedade e de desenvolvimento da cidade será também alvo de actualização e eventualmente de alargamento a outras áreas de actividade do voluntariado.

BIBLIOGRAFIA

BURNS, Tom R. (2004), O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política, *Democracia – novos desafios e novos horizontes*, Ed. Celta

COUNCIL OF EUROPE (2000), Parliamentary Assembly, *Improving the status and role of volunteers as a contribution by the Parliamentary Assembly to the International Year of Volunteers 2001*

DELICADO, Ana, ALMEIDA, Ana Nunes, FERRÃO, João (2002), *Caracterização do Voluntariado em Portugal*, ICS, Universidade Nova de Lisboa, Ed. da Comissão para o Ano Internacional do Voluntariado

DINGLE, Alan (2001), *Measuring Volunteering: a practical toolkit*, Independent Sector and United Nations Volunteers

ESTIVILL, Jordi (1999), *Voluntary organizations and networks in a changing world*, Symposium Volunteers, Global Society and the Olympic Movement

FRANCO, Raquel Campos (coord.), (2005), *The Portuguese NonProfit Sector in Comparative Perspective*, Universidade Católica Portuguesa (Fac. de Economia e Gestão)/ Johns Hopkins University

GRACE (2005), *As empresas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Ed. Instituto Ethos

GRACE (2004), *Primeiros Passos - Guia Prático para a Responsabilidade Social das Empresas*, Ed. Instituto Ethos

LASBY, David, McIVER David (2004), *Where Canadians Volunteer: Volunteering by type of organization*, Canadian Center of Philanthropy

National Survey of Volunteering in the UK (1997), 3º Relatório. Disponível em <http://www.ivr.org.uk/nationalsurvey.htm>

NELSON, Taryn, Inter-American Development Bank (2005) *A Comparative Look at National Volunteerism Legislation*. Disponível em <http://www.iadb.org/etica>

NEWTON, Kenneth (2004), *Confiança Social – abordagens centradas no indivíduo e na comparação entre nações*, ***Democracia – novos desafios e novos horizontes***, Ed. Celta

ONU (2000), Declaração do Milénio

ONU (1990), Declaração Universal sobre o Voluntário, Paris

ONU (2002), *Relatório sobre Avaliação Global do Ano Internacional do Voluntariado (2002)*, Institut for Volunteering Research)

PEREIRA, Gabriela Moreira (2005), *O que dizem os economistas sobre as motivações dos voluntários*, I Congresso do Terceiro Sector e III Congresso Brasileiro do Voluntariado, Universidade Fernando Pessoa do Porto, ***Actas Digitais do Congresso***

PEREIRA, Gabriela Moreira (2005), *Economia Social Solidária: o que nos pode dizer a economia*, I Congresso do Terceiro Sector e III Congresso Brasileiro do Voluntariado, Universidade Fernando Pessoa do Porto, ***Actas Digitais do Congresso***

RIBEIRO, Mário (2002), *O Terceiro Sector em Portugal – Directório de ONG* – ed. Público/Montepio Geral

SALAMON, Lester M; ANHEIER, Helmut K.; LIST, Regina; TOEPLER, Stefan; SOKOLOWSKI, S. W. and Associates (1999), *Global Civil Society: Dimensions of the Non-Profit Sector*. Baltimore, MD: John Hopkins Center for Civil Society Studies

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2005), Evaluation Office, ***Essentials, Synthesis of Lessons Learned***, nº 12, Evaluation Office

VIEGAS, José Manuel Leite (2004), *Implicações democráticas das associações voluntárias – o caso português numa perspectiva comparativa europeia*, ***Sociologia – Problemas e Práticas***, nº 46, p. 33-50

ANEXO

Referências de endereços nacionais e internacionais

Endereços nacionais

www.voluntariadojovem
www.plataformaongd.pt
www.fajdp.pt/catalogodasassociaçoestexto.htm
www.mtss.gov
www.fundacao-ami
www.medicosdomundo.pt
www.cruzvermelhaportuguesa.pt
www.ump.pt
www.reapn.org
www.snbpc.pt
www.paroquias.org
www.diocese-porto.pt
www.acesso.unic.pcm.gov.pt
www.socialgest.pt
www.voluntariado.pt
www.pobrezazero.com
www.solidariedade.pt

Endereços Internacionais

www.worldvolunteerweb.org
www.volunteering.org.uk
www.csv.org.uk/
www.givingandvolunteering.ca
www.vds.org.ok www.eu.int/youth/volunteering